**CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL
DE
SAÚDE
DA
MICRORREGIÃO
SUDESTE
SERRANA
CIS PEDRA AZUL
REGIMENTO
INTERNO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO SUDOESTE SERRANA CIS PEDRA AZUL

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I Denominação

Art. 1.º - De acordo com o Capítulo VI, artigo 31 do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Sudoeste Serrana - CIS Pedra Azul, o Conselho Administrativo de Prefeitos RESOLVE baixar o presente Regimento Interno, obedecidas as formalidades estatutárias.

Art. 2.º - Denomina-se Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Sudoeste Serrana - CIS Pedra Azul, sociedade civil de direito público sem fins lucrativos, constituída nos termos do Artigo 18 do Código Civil Brasileiro, pelos registros de seus estatutos, no cartório do 1.º Ofício da Comarca de Domingos Martins sob o n.º 169 no livro A-2 página 126, criada para promover o planejamento, a coordenação dos esforços e a execução dos serviços e ações de saúde, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Capítulo II Constituição

Art. 3.º - O CIS Pedra Azul é constituído originariamente pelos Municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição de Castelo, Domingos Martins Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante.

Art. 4.º - O ingresso de novos associados dependerá da aprovação unânime do Conselho Administrativo de Prefeitos, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Art. 5.º - O ingresso no Consórcio dependerá, em qualquer caso do cumprimento das obrigações estatutárias, bem como, daquelas que vierem a assumir através do Convênio de Adesão.

Art. 6.º - O Convênio de Adesão deverá conter necessariamente

- I- o complexo de serviços locais jungidos ao consórcio
- II- a obrigatoriedade de aderir à programação microrregional

III-a cota de contribuição mensal e de adesão do aderente, forma e prazo de pagamento.

IV-a relação especificada de bens móveis e imóveis, que cede ao consórcio, sua condição e prazos.

V-a relação nominal de servidores, que põe a disposição do consórcio, com ou sem ônus para o Município.

Capítulo III Regime Jurídico

Art. 7.º - O CIS Pedra Azul terá personalidade Jurídica de direito público e será regido pelo Código Civil Brasileiro, legislação extravagante e pelas normas que vier a adotar, sem prejuízo das disposições expressas neste regimento

Art. 8.º - O regime Jurídico do pessoal contratado pelo CIS Pedra Azul será o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Único - O processo de seleção para contratação de pessoal será de responsabilidade da Diretoria do Conselho de Prefeitos.

Capítulo IV Finalidade

Art. 9.º - O CIS Pedra Azul destina-se a organização do sistema microrregional de saúde dentro das áreas de jurisdição dos municípios consorciados segundo as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Art. 10 - A organização do Sistema Microrregional de Saúde compreende:

I- implantação e/ou desenvolvimento das ações e serviços preventivos e assistenciais de abrangência local;

II-implantação e/ou desenvolvimento de serviços assistenciais de segundo e terceiro nível;

III-garantia de referência e contra-referência, através da integração dos serviços assistenciais, numa rede hierarquizada

Art. 11 - O sistema Microrregional de Saúde é constituído por:

I- O complexo assistencial compreendido na área de jurisdição dos Municípios consorciados, abrangendo.

a) serviços públicos federais descentralizados;

b) serviços públicos estaduais descentralizados;

c) serviços públicos municipais;

d) pessoas jurídicas de direito privado, conveniados ou contratados;

e) pessoas físicas contratadas;

f) serviços ofertados pelo consórcio

II- O conjunto de ações de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, saneamento e quaisquer outras, que vierem a ser definidas pelo Conselho Administrativo de Prefeitos.

Capítulo V

Atribuições

Art. 12 - São atribuições do Consórcio:

- I-** Promover o planejamento integrado, com base epidemiológica;
- II-** definir a política de investimentos para a microrregião;
- III-** desenvolver uma política de recursos humanos, compatível com a qualidade e necessidade microrregional;
- IV-** prestar assistência técnica e administrativa aos municípios consorciados;
- V-** desempenhar atividades de âmbito microrregional;
- VI-** assegurar a participação das comunidades envolvidas no processo decisório;
- VII-** implantar e manter serviços de abrangência microrregional;
- VIII-** outros objetivos definidos pelo Conselho Administrativo de Prefeitos

Capítulo VI

Bens e Recursos

Art. 13 - O acervo patrimonial do CIS Pedra Azul será constituído por:

- I-** direitos sobre os bens móveis e imóveis cedidos pelos município consorciados, na forma dos respectivos instrumentos;
- II-** bens havidos por doação do poder público ou de terceiros;
- III-** bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título.

Art. 14 - Constituem recursos financeiros do CIS Pedra Azul:

- I-** a quota de contribuição dos municípios consorciados, conforme se estabelecer no Regimento Interno;
- II-** a quota extraordinária para a aquisição de bens de consumo, equipamentos e material permanente;
- III-** remuneração por serviços de assistência técnica prestados fora do âmbito do consórcio;
- IV-** auxílio, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas e privadas;
- V-** rendas de seu patrimônio;
- VI-** saldos do exercício financeiro;
- VII-** doações e legados;
- VIII-** produto de alienação dos bens;

IX-produto de operações de créditos.

X-rendas eventuais.

Parágrafo 1º - É vedada a cobrança, a qualquer título pela prestação de serviços assistenciais, incluindo-se o apoio diagnóstico e a distribuição de medicamentos aos usuários pertencentes aos municípios que compõem o CIS Pedra Azul.

Parágrafo 2º - As contratações de compra, serviços e alienações pelo CIS Pedra Azul serão procedidas de processo Licitatório atendendo no que couber no dispositivo da Lei 8.666/93 (Licitação Pública) e Lei 4320/64 (Contabilidade Pública).

Parágrafo 3º - Nenhuma operação de crédito será processada sem o prévio parecer do Conselho Fiscal

Parágrafo 4º - Nenhum pagamento poderá ser feito sem seu processamento prévio, sendo vedado a liquidação em espécie e os cheques terão obrigatoriamente duas assinaturas.

Parágrafo Único - A inadimplência impedirá o acesso aos serviços previstos e implicará nas sanções previstas no Parágrafo Único do artigo 28 do Estatuto vigente.

Art. 15 - Os municípios consorciados participarão com valores proporcionais a sua densidade demográfica, devendo alocar em seus Orçamentos Anuais para sustentar sua posição junto ao Consórcio.

Art. 16 - A alienação de bens imóveis somente se dará com autorização da Assembleia Geral.

Art. 17 - O Município que, por qualquer motivo, deixar de pertencer ao Consórcio, terá direito ao quinhão que houver constituído até a data efetiva de sua permanência e terá restituída sua cota à ocasião da dissolução do Consórcio.

Art. 18 - Em caso de dissolução do Consórcio, os bens terão o destino que lhes der a Assembleia Geral convocada especificamente para este fim.

Art. 19 - O CIS Pedra Azul terá a seguinte estrutura básica:

I- Conselho Administrativo de Prefeitos.

II- Conselho Curador.

III- Conselho Fiscal.

Art. 20 - O Conselho Administrativo de Prefeitos, constituído pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, é o órgão máximo de deliberação.

Parágrafo 1º - O Conselho Administrativo de Prefeitos terá um Presidente, eleito entre os membros pelo voto secreto, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição consecutiva.

Parágrafo 2º - À falta de consenso ou ocorrendo empate proceder-se-á a novo escrutínio. Persistindo o empate proceder-se-á a escolha do mais idoso.

Parágrafo 3º - Nas mesmas condições será eleito o vice - presidente que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos e o Diretor Administrativo.

Parágrafo 4º - A eleição da Diretoria do Conselho Administrativo de Prefeitos e da Coordenadoria do Conselho Curador será realizada a cada 2 (dois) anos, até 15 de janeiro.

Art. 21 - O Conselho Fiscal será constituído por um representante de cada Conselho Municipal de Saúde

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros eleito entre seus pares em escrutínio secreto, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução

Art. 22 - O Conselho Curador será constituído pelos Secretários Municipais de Saúde. Apoiado por um Secretário Executivo e pelo apoio técnico administrativo integrado pelo quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho Administrativo de Prefeitos

Parágrafo Único - O Secretário Executivo do Conselho Curador será indicado pelo Conselho Administrativo de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador que podera ser escolhido dentre servidores das Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 23 - Compete ao Conselho Administrativo de Prefeitos:

- I- alterar o estatuto na forma do seu artigo 30 do estatuto social;
- II- aprovar a inclusão de novos consorciados, na forma do artigo 4º, 5º e 6º, deste regimento,
- III- deliberar sobre a exclusão do consorciado inadimplente, na forma do art. 28, parágrafo único do Estatuto;
- IV- alterar este regimento,
- V- aprovar as contas, ouvido o Conselho Fiscal,
- VI- deliberar sobre a remuneração de seus empregados;
- VII- deliberar sobre as quotas de contribuição dos municípios consorciados,
- VIII- autorizar a alienação e a oneração de bens do consórcio, na forma do art. 25 do Estatuto.
- IX- deliberar, em última instância, sobre os assuntos de interesse do consórcio

Art. 24 - São atribuições do Presidente do Conselho Administrativo de Prefeitos:

- I- promover a articulação permanente entre os municípios consorciados,
- II- referendar a programação conjunta;
- III- representar o consórcio judicial e extrajudicialmente,
- IV- dar posse aos membros do Conselho Curador e Fiscal e ao coordenador do Conselho Curador;
- V- contratar pessoal técnico e administrativo para o Consórcio;
- VI- homologar as licitações realizadas pelo Consórcio;
- VII- movimentar os fundos do Consórcio;
- VIII- firmar convênios, contratos e acordos de interesse do Consórcio, mediante deliberação do Conselho Administrativo de Prefeitos.
- IX- encaminhar as prestações de contas ao Conselho Fiscal;
- X- presidir as reuniões do Conselho Administrativo de Prefeitos,
- XI- delegar atribuições, ouvido Conselho Administrativo de Prefeitos.

Art. 25 - Compete ao Conselho Curador

- I- coordenar a programação conjunta dos municípios consorciados,
- II- encaminhar proposições para deliberação do Conselho Administrativo de Prefeitos;
- III- executar as decisões do Conselho Administrativo de Prefeitos,
- IV- elaborar o relatório físico-financeiro,
- V- apresentar a escrituração contábil, balancetes e balanços da entidade;
- VI- publicar o balanço anual da entidade,
- VII- prestar contas;
- VIII- autenticar os livros da entidade,

IX-recrutar e selecionar pessoal para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

X-propor alterações no Estatuto e Regimento Interno.

Art. 26 - Compete ao Conselho Fiscal:

I- exercer o controle de gestão e de finalidades do CIS Pedra Azul;

II-emitir parecer sobre proposta de alteração dos Estatutos e deste Regimento,

III-fiscalizar as contas do Consórcio;

IV-acompanhar as operações financeiras da entidade;

V-convocar o Conselho Administrativo de Prefeitos sempre que verificar irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira e patrimonial, assim como, inobservância das normas legais, estatutárias e regimentais.

Capítulo VIII

Dissolução do Consórcio, Exclusão e Retirada de Sócios

Art. 27 - O CIS Pedra Azul poderá ser dissolvido pelo voto de 2/3 dos membros do Conselho Administrativo de Prefeitos em reunião, especialmente convocada para este fim.

Art. 28 - Na mesma oportunidade, os conselheiros decidirão sobre os encaminhamentos para realização do ativo e liquidação do passivo, observando o artigo 26 do Estatuto

Art. 29 - Os bens cedidos reverterão automaticamente ao patrimônio dos órgãos cedentes.

Art. 30 - As disponibilidades financeiras serão rateadas entre os consorciados, proporcionalmente, às respectivas inversões.

Art. 31 - Os bens móveis e imóveis adquiridos pelos consorciados poderão ser adjudicados ao associado, que assim o pretender, mediante o ressarcimento aos demais, na proporção das respectivas inversões

Parágrafo Único - não havendo acordo os associados poderão recorrer à arbitragem ou à decisão judicial.

Art. 32 - Nas mesmas condições dos artigos anteriores, poderão os associados deliberar sobre o encerramento de uma ou mais atividades do consórcio

Art. 33 - Qualquer associado poderá retirar-se do consorcio a qualquer momento, mediante comunicação prévia e por escrito com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 34 - Será excluído do quadro social o membro que deixar de incluir em seu orçamento dotação destinada ao Consórcio ou, que deixar de recolher a sua cota aos fundos sociais, sem prejuízo de sua responsabilidade por perdas e danos.

Art. 35 - Os socios que se retirarem espontaneamente ou que forem excluídos do quadro social, somente participarão do rateio de bens e recursos, quando da extinção do consórcio ou do encerramento da atividade para a qual contribuiu.

Capítulo IX Das Eleições

Art. 36 - A estrutura administrativa do CIS Pedra Azul será eleita conforme as disposições estatutárias, conforme artigo 7º, parágrafo 4º e 5º, observará o seguinte

I- a publicação do Edital 30 (trinta) dias antes da realização contendo dia, local e hora da Assembléia convocada para este fim.

Art. 37 - Presidirá a Eleição um membro indicado no ato pelos demais presentes, e não havendo consenso, presidirá o membro mais idoso do Conselho Administrativo de Prefeitos que nomeará o Secretário.

Art. 38 - Não haverá voto por instrumento procuratório.

Capítulo X Da Assembléia Geral

Art. 39 - As Assembleias são ordinárias e extraordinárias

Art. 40 - O CIS Pedra Azul reunirá ordinariamente uma vez por ano na primeira quinzena de dezembro e extraordinariamente a qualquer época, desde que justificada a convocação.

Art. 41 - São competentes para convocar Assembléia Geral:

- I- o presidente do Conselho Administrativo de Prefeitos,
- II- $\frac{1}{3}$ (um terço) dos Consorciados.

Art. 42 - Nas Assembleias Ordinárias serão discutidos assuntos referente a atividade de desenvolvimento, aprimoramento e comportamento do Consórcio, apreciação das contas do exercício financeiro anual.

Art. 43 - Nas Assembleias Extraordinárias serão apreciadas as Contas da Gestão da Diretoria Administrativa do Consórcio, dos Conselhos Curador e Fiscal.

Parágrafo Único - As eleições serão procedidas em Assembleias Extraordinárias

Art. 44 - As Assembleias Ordinárias e Extraordinárias obedecerão à prévia convocação por Edital afixado em local apropriado, a todos os Consorciados, obedecendo-se em primeira convocação a metade mais um dos Consorciados e em segunda e última convocação, uma hora após, com, pelo menos $\frac{1}{3}$ (um terço) do Consorciados.

Art. 45 - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria simples dos presentes, exceto em caso de dissolução que dependerá de aprovação de $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos Consorciados.

Capítulo XI Das Reuniões

Art. 46 - As reuniões do Conselho Administrativo de Prefeitos serão públicas e serão realizadas bimestralmente por convocação do seu Presidente com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 47 - Poderão participar das reuniões todos os Secretários Municipais, membros do Conselho Curador e Fiscal, representantes de entidades públicas e privadas sem direito a voto.

Parágrafo Único - Os convidados pelos órgãos que compõem o Consórcio, poderão fazer uso da palavra, após critérios preestabelecidos fixados pelo Presidente, porém sem direito a voto.

Capítulo XII Das Penalidades

Art. 48 - Toda e qualquer infração cometida por qualquer Consorciado, será apreciada pelo Conselho Administrativo de Prefeitos, ouvidos os demais Conselhos quando necessário, que concederá ao infrator plena e irrestrita defesa nos termos da lei.

Parágrafo 1.º - São considerados infrações:

I- O não comparecimento às Assembleias ou Reuniões do Titular ou seu representante legal;

II- Não repasse de recursos ao consórcio, cota parte ou outros aprovados pela Assembleia.

Parágrafo 2.º - Os casos omissos serão deliberados pelo Conselho Administrativo de Prefeitos.

Art. 49 - São penalidades aplicáveis ao infrator:

I- advertência verbal;

II- advertência escrita;

III- suspensão temporária de seus direitos;

IV- exclusão do quadro de consorciados.

Seção Única Dos Recursos

Art. 50 - O recurso impetrado por qualquer Consorciado por reivindicação ou denúncia terá como primeira instância o Conselho Administrativo de Prefeitos e como última instância a Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião

Art. 51 - Para apreciação de recursos, o Presidente nomeará uma Comissão Especial composta de, pelo menos, três Consorciados que elegerão entre si um Presidente, um Secretário e um Relator, e cessará após concluídos os trabalhos, com emissão de parecer

Art. 52 - Somente será convocada Assembleia Extraordinária para apreciação de recursos, após esgotadas todas as formas de defesa e sustentação do infrator

Parágrafo Único - O infrator poderá constituir advogado para sua defesa, que terá acesso ao processo na Secretaria do Conselho Administrativo de Prefeitos

Art. 53 - Após recebido o recurso os prazos processuais serão

I-de 05 (cinco) dias para despacho do Presidente,

II-de 15 (quinze) dias para a promoção de denúncia e/ou defesa,

III-de 10 (dez) dias para pronunciamento do Conselho Administrativo de Prefeitos,

IV-de 10 (dez) dias para interposição de apelo à Assembleia Geral

Art. 54 - Recebido o recurso e deliberado pelo Conselho Administrativo de Prefeitos e a parte se dando por satisfeita, o processo será arquivado

Art. 55 - Transitado e julgado o processo, e o infrator for declarado culpado com pena de exclusão, o mesmo somente poderá integrar o Consórcio por declaração unânime dos membros Consorciados, após 12 (doze) meses

Capítulo XIII **Sede, Foro, Jurisdição e Duração**

Art. 56 - O Consórcio de Saúde Pedra Azul terá sede e foro no município de jurisdição sobre a área do conjunto dos respectivos territórios, respeitada a autonomia municipal.

Parágrafo Único - a mudança da sede do consórcio dependerá em cada caso, da decisão de $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos membros do Conselho Administrativo de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador e Fiscal

Art. 57 - O CIS Pedra Azul terá duração por prazo indeterminado.

Capítulo XIV **Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 58 - Este regimento somente poderá ser alterado pela deliberação de $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos membros do Conselho Administrativo de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador

10

Art. 59 - Ressalvadas as exceções, expressamente previstas neste regimento, as deliberações do Consórcio de Saúde Pedra Azul serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros

Parágrafo Único - cada membro do Conselho Administrativo de Prefeitos terá direito a apenas 01 (um) voto, qualquer que seja a sua contribuição para o fundo social.

Art. 60 - Os consorciados responderão solidariamente pelas obrigações assumidas pelo CIS Pedra Azul

Art. 61 - O primeiro exercício social do Consórcio de Saúde Pedra Azul encerrar-se-a no dia 31 de dezembro de 1998.

Capítulo XV **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 62 - Os bens do Consórcio de Saúde Pedra Azul não serão objetos de penhor, dação em pagamento ou garantia de dívidas de seus membros.

Art. 63 - Os Municípios membros do Consórcio de Saúde Pedra Azul são solidários em todo o acervo do Consórcio porém os agentes políticos que os representam não respondem com seus patrimônios individuais pelos atos dos órgãos do Consórcio.

Art. 64 - Nenhum membro do Consórcio poderá dar em garantia os bens do Consórcio, sob pena de responsabilidade.

Art. 65 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado sempre que houver fato novo de interesse do Consórcio, com a devida aprovação do Conselho Administrativo de Prefeitos

Art. 66 - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Prefeitos.

Espírito Santo, 05 de agosto de 1998